

O Caso Aracruz.

Do fato ao acontecimento jornalístico

(um outro, o mesmo)

Christa Berger

PPG-Com
UNISINOS, RS

Resumo

Uma unidade da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul foi danificada no Dia Internacional da Mulher por militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e do Movimento das Mulheres Camponesas. Interessa, neste texto, examinar como a grande imprensa narrou o fato considerando a perspectiva de Darnton sobre as práticas jornalísticas e as convenções narrativas. Início transcrevendo passagens da cobertura da grande imprensa chamando atenção para a seleção das fontes e os modos de nomear os militantes. Na seqüência, trago vozes ausentes da grande imprensa que analisaram o fato em espaços de contra-informação, explicitando a existência de versões concorrentes sobre o acontecido.

Palavras-chave: acontecimento, práticas jornalísticas, noticiabilidade.

Aracruz Celulose

“A oito de março, Dia Internacional da Mulher, centenas de mulheres da Via Campesina irromperam em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, nos laboratórios e viveiros da Aracruz Celulose e os danificaram, como forma de tornar pública a indignação camponesa em face da atuação da multinacional no Espírito Santo, em Minas Gerais, Bahia e no Rio Grande do Sul. A reação orquestrada pela mídia foi imediata e envolveu muita gente do poder público, da Igreja, da intelectualidade da imprensa, num tom majoritariamente condenatório daquelas mulheres que “agrediram uma respeitável empresa que só tem trazido benefícios para o Brasil”. Disseram, em suma, que aquilo foi uma ação, incompetente, equivocada, execrável, terrorista...Tais imprecisões podem estar servindo de escova para a punição a ser proferida pelo Judiciário, que nos conflitos do campo, dificilmente compreende outra linguagem que não seja a do direito absoluto da propriedade privada, além, de ter uma prática inclemente contra pobres e sem terra.” (Dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra)

Destruição do viveiro da Aracruz no RS tem ampla repercussão e gera manifestações de apoio à empresa

“A destruição do laboratório de pesquisa florestal da Aracruz na madrugada de 8 de março, no Rio Grande do Sul, causou indignação em diversos setores da sociedade brasileira e internacional. Governos, entidades

e cidadãos manifestaram **na imprensa** preocupação com os danos que ações como esta pode custar ao País. Estes episódios ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional. As pesquisas que vêm sendo realizadas há 20 anos contribuem para que o Brasil ocupe a liderança mundial em produção florestal e buscam soluções ambientais e econômicas para o setor.” (site da Aracruz)

Vandalismo e Impunidade

“A destruição de milhões de mudas de eucaliptos do viveiro da Aracruz, em Barra do Ribeiro, por integrantes da Via Campesina, caracteriza-se como um ato de truculência que provoca ao mesmo tempo prejuízos para o agro negócio e para a própria imagem do movimento dos sem-terra. A operação, protagonizada principalmente por mulheres, ultrapassou os limites das manifestações democráticas que os movimentos sociais têm o direito de promover. Soa como provocação despropositada num momento de extrema tolerância das autoridades com as invasões e até mesmo com a desobediência às ordens judiciais de desocupação. A área atingida pelo vandalismo, que inclui até mesmo laboratórios de pesquisa, é parte de um vasto projeto de reflorestamento que começa a tomar forma no Rio Grande do Sul e em países do Cone Sul. Não cabe à Via Campesina concluir que propriedades dedicadas ao florestamento descumprem a função social prevista pela Constituição. Igualmente não é atribuição dos movimentos sociais organizados decidir que supostas violações a esse princípio significam carta-branca para a invasão e a destruição.” (Zero Hora, editorial)

Basta!

“O bárbaro episódio de vandalismo contra o horto florestal da Aracruz Celulose é o ápice de uma série infausta de provocações. Ansiosos por tirar proveito dos holofotes da Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que ocorre em Porto Alegre, militantes abrigados sob bandeiras como a da Via Campesina e do MST buscaram o confronto na fazenda Coqueiros e em badernas nas ruas da Capital, enquanto investiam contra a unidade da Aracruz, em operação terrorista, que pode desestimular importantes investimentos, que beneficiarão com milhares de empregos exatamente o setor primário, meio do qual seriam provenientes os manifestantes, e a empobrecida Metade Sul do Estado. O RS tem convivido tempo demais com atentados à lei, à ordem pública, às instituições e à propriedade privada. Os gaúchos estão cansados. Não faltará apoio da sociedade para que as autoridades cumpram sua obrigação constitucional de garantir a ordem pública.” (Correio do Povo, editorial de capa)

Até quando o MST abusará da nossa paciência

“Invasão de horto florestal, com destruição de viveiros de mudas para reflorestamento. Agora, o MST arvora-se, literalmente, em saber tudo o que é bom, ou não, para o Rio Grande do Sul. Com o dinheiro advindo do “pedágio” cobrado sobre as verbas federais repassadas aos assentados, uma vergonha e uma extorsão criminal, eis que é recurso público e com finalidade de sustento, o MST extrapola todos os limites. Não pára mais diante sequer de oficiais de justiça, no cumprimento de mandados. Intimações são rasgadas, caravanas de ônibus pagos com dinheiro à vista cortam o Estado nas madrugadas, deslocando gente que está vivendo de invadir, marchar, depredar, zombar da lei.” (Jornal do Comércio, editorial)

O terror contra o saber

“As queimas de livros durante a inquisição e no regime nazista de Adolf Hitler já mostraram ao mundo como o obscurantismo é incapaz de conviver com o conhecimento. Na semana passada, uma horda de 2.000 militantes de um chamado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) reproduziu um pouco dessa bestialidade ao invadir e destruir um centro de pesquisas da companhia Aracruz no município de Barra do Ribeiro (RS), a pouco mais de 50 quilômetros de Porto Alegre. Foi a maneira que esse braço até então desconhecido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) armou para celebrar o Dia Internacional da Mulher e estrear na prática medieval das invasões bárbaras.” (Revista Veja)

A baderna das invasões

“Depredaram a fábrica, destruíram as mudas, quebraram o laboratório, rasgaram as pesquisas, comprometeram anos e anos de estudo, impuseram um prejuízo interno imenso – não apenas material, o psicológico acima de tudo. E por quê? Munidas de pau, facas de mesa, pedaços de bambu e toda sorte de armas improvisadas, mulheres camponesas – que se dizem parceiras do MST, numa espécie de luta armada e anárquica, para invadir, quebrar e tomar a força tudo que vêem pela frente – avançaram na semana passada sobre a empresa Aracruz. Na madrugada da quarta-feira, dia 8, tomaram de assalto o horto florestal da empresa, no interior gaúcho, e, em menos de meia hora, não deixaram nada de pé. O viveiro florestal da Aracruz gerava mais de 30 milhões de mudas de eucaliptos por ano, era a base fundamental de um projeto de reflorestamento dos mais efetivos do País. Gerava emprego, tecnologia, bem-estar ambiental, frutos efetivos esparramados por toda a população do País.” (Revista Isto É Dinheiro)

O **fato** acontecido no dia 8 de março corresponde aos critérios de noticiabilidade e, por isso, não surpreende que tenha sido manchete e merecido editorial nos jornais gaúchos, notícia em todos os grandes jornais brasileiros e matéria de destaque nas revistas semanais. As mulheres têm comemorado seu dia com manifestações discursivas e festivas – neste dia, algumas optaram por participar de um ato noturno contra uma empresa que planta árvores. A relação mulheres X destruição de plantas é inusitada e o inusitado é notícia. A ação também interrompeu a ordem natural das coisas – os pesquisadores pesquisam, os produtores plantam, os ricos investem, os manifestantes discursam, os políticos fazem política, as mulheres falam. A ação desordenou o estabelecido e o que surpreende é notícia. Nestes dias acontecia em Porto Alegre a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. A coincidência também gera notícia.

O que queremos aqui observar é como este fato – absolutamente justificado pelos critérios de valor-notícia de constar nos jornais do dia seguinte – foi dado a conhecer discursivamente, ou seja, como foi narrado, objetivado, enquadrado. Que cobertura mereceu da imprensa.

A maior parte das coisas que acontecem chegam a nós (cidadãos, moradores de uma cidade, estado, país e mundo) através da nossa condição de consumidores de informação. Por isso, importa estudar os **acontecimentos**, ou seja, aqueles fatos que superaram os obstáculos da noticiabilidade e ingressaram na pauta das redações adquirindo o **modo jornalístico de ser**.

O historiador Robert Darnton (1990) motivado pela rejeição de um texto seu sobre a Revolução Francesa (o editor não aprovou com o argumento de que era muito complicado, exigindo demais do leitor) traz sua experiência como repórter de polícia para refletir sobre a prática do jornalismo. Esta está impregnada de condicionamentos que repercutem no texto, diz ele. Por exemplo, o jovem repórter escreve buscando agradar o editor (e este ao diretor) e competir com os colegas e, depois, de mais ou menos um ano cobrindo o mesmo setor ele tende a adotar o ponto de vista das suas fontes. O noticiário corre em circuitos fechados – é escrito sobre e para as mesmas pessoas e as vezes em código privado – os jornalistas aceitam e entendem a insatisfação que pode ocorrer entre grupos de interesses específicos. O título de seu artigo faz menção a um grafite rabiscado em uma sala de imprensa de uma delegacia de polícia em Nova York - jornalismo: toda notícia que couber a gente publica.

O grafiteiro queria dizer que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço, mas “ele também podia estar querendo expressar uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia.” (p.96) O fato precisa caber no espaço da página do jornal, mas caber principalmente na cultura da prática jornalística e nas convenções narrativas, são elas que organizam o caos que é a realidade bruta.

“O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias. Esse dois elementos na redação da notícia podem parecer contraditórios, mas estão juntos no “treinamento” de um repórter, quando ele é mais vulnerável e maleável. À medida que passa por essa fase de formação, ele se familiariza com a notícia, tanto como uma mercadoria que é produzida na sala de redação quanto como uma maneira de ver o mundo que chegou, de alguma maneira, da Mãe Ganso até The New York Times”. (p.96)

Darnton pensa o jornalismo como uma forma de contar a história do presente – e nela está trabalhando o passado subterraneamente através dos formatos e daquilo que tem autorização para ser dito. É este o ponto de vista que orienta meu exame do acontecimento “mulheres na Aracruz Celulose”, uma cobertura que dá continuidade ao modo de dar a conhecer o Outro (negros, pobres, desempregados, moradores das favelas, militantes dos movimentos sociais, sem-terra) – eles são violentos, ameaçam a ordem e devem ser tratados como inimigos. Vamos a alguns exemplos de nomeação do Outro que invadiu a Aracruz, na imprensa brasileira.

· Sem-terra encapuzados fazem vandalismo no RS (O Globo)

· Ação violenta do MST foi realizada poucas semanas antes de a Aracruz definir a localização de seu novo investimento. (Zero Hora)

· Cinco anos depois da destruição de uma lavoura experimental de soja transgênica em Não-me-Toque, comandada pelo francês José Bové, os gaúchos assistem à reprise deste filme de mau gosto, que pode afugentar potenciais investidores. (Rosane Oliveira, ZH)

· Federasul, Fiergs, Fecomércio, FCDL e Farsul emitiram nota ontem, repudiando as invasões e o vandalismo praticado por movimentos clandestinos em propriedades privadas do RS. As entidades afirmam que a inviolabilidade do patrimônio dos indivíduos encontra-se acima de qualquer ideologia ou inclinação política. (Correio do Povo)

· Um dos mais destruidores atos da história do MST, o atentado contra a Aracruz Celulose, afirma a nova linha da organização. (Zero Hora)

· Agindo contra a Aracruz, empresa inteiramente nacional que oferece 10 mil empregos diretos, o movimento mostra sua ignorância e seu apego à violência, ao vandalismo e à covardia. (editorial Jornal do Brasil)

· Zogbi (presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel) acredita que as mulheres da Via Campesina agiram de forma oportunista (o ataque foi feito justamente no Dia Internacional da Mulher) e quebraram os princípios de democracia e do Estado de Direito.” (O Estado de São Paulo, opinião)

· “Segundo Mailson da Nóbrega, Stédile dá uma demonstração sesquipedal de ignorância quando fala sobre esses assuntos porque, na verdade, a destruição na Aracruz Celulose serviu apenas para causar danos tecnológicos e científicos que vão atrasar o país. Ele faz uma analogia das mulheres da Via Campesina com os luditas do século 19, que destruíram máquinas têxteis em prol da manutenção do trabalho dos artesãos.” (O Estado de São Paulo)

· O deputado federal Xico Graziano critica os ideais do MST e da Via Campesina, chamando-os de atrasados e medievais. Para ele, esta mistura de delinquência com ilusão, no fundo, acontece patrocinada, pois os falsos revolucionários, após suas estripulias, certamente festejam para comemorar seu destaque na mídia, dançando impunemente (à moda do PT). (O Globo, opinião)

Elencando as fontes usadas pelos jornalistas para descrever e comentar o fato, observamos o predomínio das fontes oficiais: governo do Estado, ministro da agricultura, presidentes de entidades de classe, representantes dos setores brasileiros de celulose e papel, presidente, diretor e gerentes da Aracruz,

senadores e deputados. Se olharmos o acontecido, no entanto, encontramos outros sujeitos passíveis de serem chamados à falar: os militantes, as mulheres, o presidente da pastoral da terra, os representantes de entidades ecológicas, pesquisadores da universidade. Estes poderiam dar outra versão e contribuir para responder a pergunta sobre o porquê da invasão, pergunta, aliás, que não foi sequer formulada. Os jornalistas já sabiam a resposta porque suas fontes são legítimas e comprometidas com o avanço tecnológico, científico e econômico do país. E a empresa acusada além de ser "inteiramente nacional", faz "pesquisa científica a 20 anos contribuindo para que o Brasil ocupe a liderança mundial em produção florestal".

Os jornalistas poderiam ter contextualizado a manifestação mostrando que o problema não é só brasileiro mas que se estende ao Uruguai e Argentina. No Uruguai, empresas multinacionais européias estão construindo fábricas de celulose, as "papeleiras" como dizem os ambientalistas, e tem merecido muita discussão. A reação do lado argentino, por exemplo, foi imediata com barreiras de militantes impedindo o trânsito pelas pontes que ligam os dois países. Lá como aqui o plantio de eucalipto não é bem-vindo por alguns setores mas estes não contam para a imprensa, que faz a opção por uma manchete, assim: "Ação violenta do MST ameaça investimento de US\$ 1,2 bilhão no RS". (Zero Hora)

Eles também poderiam ter ouvido ambientalistas, a Agência de Notícias Ambientais promoveu junto com a Associação Riograndense de Imprensa um debate sobre as conseqüências do plantio de eucaliptos em novembro de 2005 e tem um bom material de divulgação e fontes que pesquisam o tema, mas esta agência não foi ouvida por nenhuma empresa jornalística. Diz, Renato Gianuca, um jornalista ambiental do RGS:

"A questão, a raiz do problema, é o eucalipto. Sabidamente, essa árvore altera o solo e afeta a biodiversidade. E, mais que tudo: agrava as secas no Sul do continente. Porque o eucalipto precisa sugar toda a água possível, em seu redor, para se desenvolver. Em apenas sete anos, por aqui, o eucalipto já oferece a fibra necessária para fabricar papel.

Talvez esteja aí o principal motivo pelo qual as multinacionais de celulose se deslocam, cada vez mais, para a América Latina para produzir aqui o produto que lá estão impedidas de fazer, em função de leis ambientais mais rigorosas." (Observatório de Imprensa)

Outra fonte ausente nas matérias publicadas na imprensa, mas que se posicionou na revista dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi o Núcleo de Economia Alternativa desta Universidade. Escolho algumas passagens da nota:

"Assim, no momento em que os referidos movimentos são alvos de um linchamento midiático, baseado em preconceitos e interesses escusos, queremos reafirmar nossa parceria com o MST e MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) por entender:

· que a ação objetivava chamar a atenção para o desastre ecológico e humano, representado pelo plantio de grandes áreas de eucalipto pela Aracruz Celulose, e só ocorreu porque a mesma mídia que a condena não abre nenhum espaço para estes movimentos colocarem esta e outras questões não só de seu interesse, mas também de interesse geral.

· que a pesquisa científica não é neutra. Assim como os laboratórios e pesquisadores americanos produziram o agente laranja para exterminar a flora e facilitar desta maneira o genocídio contra o povo vietnamita; os pesquisadores a serviço da Aracruz Celulose, funcionários do grande capital predador, em nome de exportar ou morrer vão transformar grandes espaços de nosso país em desertos verdes.

· que a Aracruz Celulose vem agredindo o meio ambiente e o povo brasileiro, como foi o caso da agressão aos guaranis e quilombolas no estado do espírito Santo que resultou em prisões, agressões e ferimentos além de destruição e transferência de comunidades de seu lugar de origem. No caso do quilombolas em trinta anos de instalação da Aracruz em suas terras reduziu essas comunidades de 10 mil famílias para 1300 famílias. Tudo isso com o apoio do BNDS, ironicamente com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Finalmente, quem atenta contra a democracia neste País não são as agricultoras, que buscaram numa ação de último recurso chamar a atenção sobre um grave problema, e sim a grande imprensa, absolutamente comprometida com os interesses do capital e que omite as discussões sobre os problemas que interessam à população, e mais, quando o fazem são de uma parcialidade vergonhosa e repugnante.” (NEA/UFRGS)

Parece que aqui se confirma a hipótese de Darnton da circularidade entre jornalistas, fontes e leitores e de como os jornalistas adotam o ponto de vista de suas fontes, de como escrevem para agradar o editor e de como não se incomodam em desagradar um dos lados envolvidos no conflito, quando este lado é o dos perdedores. No caso do viveiro da Aracruz, as razões da destruição não foram buscadas, não houve nenhuma tentativa, da parte dos jornalistas, em compreender a ação. Ela foi julgada como vandalismo e os protagonistas nomeados como terroristas. Terrorista não é fonte de informação nem merece voz na matéria. Nomeá-los assim é, também, uma opção para justificar sua ausência no texto.

A internet tem sido um espaço útil e ágil para a circulação de contra- informação. Interessante observar o número de pessoas que se manifestou nos dias que se seguiram à manifestação: escrevendo sobre a plantação de eucaliptos e o passivo que ela deixa para a terra que a acolhe; sobre os financiamentos dos governos no agro negócio florestal; sobre os interesses das multinacionais em nos escolher como “depositários das sobras dos civilizados com leis rigorosas”.

Foi também através da Internet que circulou um fato ocorrido em janeiro de 2006 e que não mereceu notícia em jornal apesar de conter valores-notícia equiparáveis ao do dia 8 de março. Quem descreve a ação é o jornalista do Conselho Indigenista Missionário:

"No dia 20 de janeiro deste ano, a empresa Aracruz Celulose S/A mobilizou helicópteros, bombas, armas e 120 agentes da Polícia Federal do Comando de Operações Táticas, vindos de Brasília para destruir duas aldeias e expulsar 50 pessoas dos povos Tupiniquim e Guarani de sua terra tradicional, no município de Aracruz (ES).

Sem sequer receber uma ordem de despejo, os Tupiniquim e Guarani foram surpreendidos com o violento ataque. A ação, que resultou na prisão arbitrária de duas lideranças e deixou outras 12 pessoas feridas, teve todo o apoio logístico da empresa Aracruz Celulose S/A. Os 120 agentes da polícia federal receberam hospedagem e utilizaram o heliporto e os telefones da multinacional.

Durante a ação ilegal da polícia federal – condenada inclusive pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – tratores da multinacional destruíram totalmente duas aldeias. Todas as casas foram derrubadas, e muitos índios não puderam retirar seus pertences de dentro delas.

No noticiário das grandes empresas de mídia, não se viu nenhuma mãe Tupiniquim ou Guarani com seus filhos chorando, nenhum ministro do governo condenando a ação ou mesmo o dono da empresa lamentando a violência. Mas se por aqui as grandes empresas de mídia não repercutiram o crime cometido pelo aparelho repressor do Estado e a empresa Aracruz Celulose S/A, a família real da Suécia resolveu vender suas ações da multinacional devido às denúncias e fortes pressões contra a violação de direitos humanos cometidos e o desrespeito ao meio ambiente no Brasil.

Mesmo com as denúncias de desrespeito aos direitos indígenas e ao meio ambiente, a gigante multinacional ainda conta com vultuosos recursos do BNDES. Recentemente foi noticiado que a empresa Aracruz Celulose S/A será beneficiada com mais de R\$ 297 milhões de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). O empréstimo, segundo os movimentos sociais, deverá resultar na perda de pelo menos 88 mil postos de trabalho. Essa informação também não foi repassada à opinião pública nacional." (Navarro, 2006)

O mesmo fato é mencionado por Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás e presidente da Comissão Pastoral da Terra que, também, não foi ouvido pela imprensa e cujo texto circulou pela Internet. Depois de comentar o ocorrido em Barra do Ribeiro, diz:

"Vejamos, entretanto, o outro lado da moeda. Durante o 5º Encontro de Fé e Política acontecido em Vitória, Espírito Santo, a 12 deste, fui procurado por lideranças guarani e tupiniquim, revoltados contra o despejo protocolado pela Aracruz Celulose e executado a 20 de janeiro, nas aldeias Olho d'Água e Córrego do Ouro, pela Polícia Federal, com 120 agentes, com armas, bombas, helicópteros. Feita aquela "limpeza", os tratores da multinacional completaram o serviço arrasando todas as casas e todas as plantações daqueles índios, os mais pobres entre os pobres.

Temos ouvido na CPT (Comissão Pastoral da Terra), clamores de lavradores do Espírito Santo, de Minas e Bahia, inclusive quilombolas, que tiveram de abandonar suas pequenas propriedades, pressionados pelo isolamento em que se encontraram depois da empresa comprar as pequenas fazendas dos vizinhos. O que antes era uma linda constelação de moradores, produzia variedade e fartura, abastecia as feiras da região, virou hoje o soturno deserto verde da monocultura do eucalipto. Grande parte desta gente está passando privações nas favelas das cidades.

A Aracruz é também responsável pela agonia do rio São Francisco. Com efeito, contam-se cerca de mil e quinhentos riachos que vertiam para este rio e que depois do reflorestamento de eucalipto secaram de vez. Inclua-se aqui a poluição em torno das fábricas de celulose. O Brasil arca com o lixo tóxico e venenoso, a desertificação, o estrago ambiental, a desordem social e o empobrecimento da agricultura, ao mesmo tempo em que vai para a Suécia e outros países do primeiro mundo a celulose super limpa, e os lucros altíssimos nas mãos de uns poucos sócios super ricos.” (Dom Tomás Balduino)

Estes poucos exemplos ilustram a defasagem entre as informações disponíveis socialmente (os movimentos ecológicos, a comissão pastoral da terra, a universidade) e as publicadas pela grande imprensa. O caso Aracruz ingressou domesticado nos jornais uma vez que se fez ver, exclusivamente, através das fontes oficiais – falaram os interesses econômicos imediatos, ficaram ausentes os interesses ecológicos e sociais de longo prazo.

A invasão à unidade industrial da Aracruz é atualidade – aconteceu no dia 8 à noite, foi vista e fotografada pelos jornalistas - e, por isso, é notícia. A prática da produção de notícia, que condiciona o modo de ver, perguntar e enquadrar o acontecimento faz esta notícia se parecer com muitas outras que contaram manifestações e reivindicações da “parcela dos sem parcela” como diz Chico de Oliveira. Por isso, digo, no título **um outro, o mesmo**. Um outro fato, o mesmo acontecimento jornalístico. As mulheres invadindo o viveiro, as mudas dos eucaliptos destruídas é novo, é uma atualidade. Mas ela se retrai frente ao mesmo – a descrição do Outro que ameaça a propriedade privada. Eles são truculentos (todos os pobres são), eles são violentos (todos os pobres são), eles dificultam o desenvolvimento econômico (todos os pobres dificultam).

Neste modo de contar o presente está trabalhando o passado: desde as narrativas antigas somos orientados a identificar o certo e o errado, o bom e o mau, o moderno e o arcaico, o que deve desaparecer e o que deve prosperar, sempre na perspectiva dos vencedores. A imprensa seguiu esta convenção narrativa para contar a noite do dia 8 de março. Os jornalistas não questionaram seu ofício e agradaram editores e fontes e os leitores sentiram-se contemplados nesta versão. Os descontentes, mesmo sendo um bispo, a Pastoral da Terra, professores e pesquisadores universitários, movimentos ecológicos e ambientalistas são os Outros que os jornalistas aceitam desagradar quando há versões conflitantes em questão.

Por fim, lembro mais um sentido para o verbo caber do grafite trazido por Robert Darnton e que aqui se aplica adequadamente. Além de caber na página do jornal e na cultura jornalística o fato precisa caber no gosto do anunciante. A Aracruz é um bom anunciante dos veículos de comunicação e, também, por isso se explica o tom da cobertura. O slogan da Aracruz, é: **Nosso futuro tem raízes**. Quando ouço o anúncio no

rádio ou leio no jornal não posso deixar de pensar que estão gozando da gente. O futuro bem sucedido deles deixa raízes nefastas para nós. As raízes do eucalipto são o problema, dizem os ecologistas e sabem os que plantam para dela tirar seu alimento. Como disse um filho de agricultor que hoje é taxista em Porto Alegre, “todo homem da colônia sabe que as raízes do eucalipto não só sugam a água como condenam à terra a esta monocultura, pois suas raízes se fixam na terra e são quase impossíveis de retirar.”

O que fica da observação desta cobertura, é:

1 – A desigualdade nos critérios do que deve ser noticiado: a ação do MST e MMC **na** Aracruz destruindo as mudas de eucalipto é notícia da grande imprensa local, nacional e internacional, a ação **da** Aracruz em duas aldeias no Espírito Santo destruindo as casas e as plantações dos guaranis e tupiniquins circula pela internet como contra-informação;

2 – A homogeneidade - todos os veículos enquadraram o fato a partir do mesmo ponto de vista – na defesa da propriedade privada da Aracruz (a propriedade dos índios não merece ser defendida);

3 – As ausências - faltaram fontes, lados, vozes dissonantes – as mulheres não foram entrevistadas, os ecologistas não foram ouvidos – não houve espaço para o outro lado, como se ele não existisse.

Faltou na grande imprensa o parágrafo final do texto de Dom Tomás Balduino.

Eis aí o que motivou a indignação daquelas mulheres, expressa de forma violenta contra a propriedade privada, porém, comprovadamente nao-violenta com relação às pessoas. As organizações camponesas só conseguem romper o silêncio da mídia e se ouvir pelas nossas autoridades ocupando a propriedade da terra. Ainda hoje há acampamentos de sem-terra que já completaram seis, oito anos de espera pela reforma agrária, no espírito de Gandhi e de Luther King, de forma mansa e pacífica, sob barracas cobertas de plástico preto, à beira da estrada, sem perspectiva de serem atendidos. Bem diz o provérbio antigo: a violência é legítima quando a mansidão é vã.

Em latim "ara crucis" quer dizer altar da cruz. Para nossa sensibilidade cristã a usurpação deste nome para sigla de uma multinacional deste tipo soa como blasfêmia. Por isso, talvez, as mulheres com dois troncos de eucalipto compuseram a Cruz em sua perigosa e profética marcha pela justiça no campo. Aí já não é mais o nome estrangeiro da opressão colonialista, mas o símbolo bem brasileiro e familiar da esperança de libertação."

Referências

DARNTON, R. 1990. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica *In: O Beijo de Lamourette* Mídia, Cultura e Revolução, São Paulo, Companhia das Letras.

BERGER, C. 1997. Jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica *In: Mouillaud, M. O Jornal da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15.

ARACRUZ. 2006. Últimas Notícias. [http://www. Aracruz.com.br](http://www.Aracruz.com.br). 20/04/2006.

GIANUCA, R. 2006. Ocupação provoca atrito na mídia gaúcha. <http://www.fazendo mídia.com/novas políticas>. 20/03/2006.

NAVARRO, C. 2006. As lágrimas da Aracruz e a coragem das mulheres camponesas. <http://www.cimi.org.br>. 10/03/2006.

BALDUÍNO, D.T. 2006. <http://www.adital.com.br>, 30/03/2006.

NEA. 2006. *A UFRGS e os Movimentos Sociais*. Nota caso Aracruz. Porto Alegre, Adverso 140.